

BREVE APANHADO DA HISTÓRIA DA ELABORAÇÃO
DO PLANO DE ACÇÃO PASTORAL DO PATRIARCADO - PAP
APRESENTADO À DIOCESE EM 15 DE SETEMBRO DE 1976

Pe. LUÍS DE AZEVEDO MAFRA

Preâmbulo

Porque me decidi a escrever estas notas? Terá tido o PAP uma importância que justifique o trabalho que elas me deram? Creio que nunca teria chegado a realizar nada neste sentido se não fosse o professor de Pastoral da Faculdade de Teologia da U.C.P. em 1984 ter-me pedido para fazer uma exposição aos alunos sobre o assunto. Voltei depois a repeti-la nas mesmas condições, já não me recordo bem se dois ou três anos mais tarde, sem, nem da primeira vez nem da segunda, ter chegado a poder dar-lhe uma forma didáctica mais apropriada.

Assim recolhi uma quantidade de dados que não seriam para deitar pura e simplesmente para o cesto dos papéis. Talvez algum dia tivessem outro interesse. Guardei-os, pois, à espera de ocasião para os retocar e, porventura, utilizar de alguma forma que me fosse solicitada. Pus então três hipóteses: a) Completá-los e enriquecê-los num relato minucioso do processo? Mas a quem interessaria? b) Redigir uma exposição do fundamental para o uso dos estudantes, com possível publicação em alguma revista de cultura? Haveria, porém, quem o deseja-se? c) Escrever, a partir deles, um artigo mais resumido? Pedido, no entanto, por quem?

Os anos passaram e não voltei a tocar-lhes, pois iam sempre aparecendo outros trabalhos necessários ou mais oportunos para fazer. Até que, finalmente, com a minha saída do seminário, chegou a ocasião para lhes dar uma forma mais cuidada e definitiva, optando pela primeira das hipóteses que admitira. O texto que se segue corresponde no entanto, sensivelmente, ao que rascunhei em 1984.

Introdução

O processo para chegar ao que é o PAP foi um processo atribulado — irregular, arrastado, confuso, cheio de obstáculos, deveras penoso — que se es-

tendeu ao longo de mais de sete anos (Março de 1969 — Setembro de 1976). Desenrolou-se num período conturbado de efervescência e transição, quer cultural e política, quer da Igreja, período portanto inevitavelmente difícil, marcado, no campo religioso, por um impulso pós-conciliar, imprecisões teológicas e perturbações disciplinares, choques e mudança do Patriarca de Lisboa. Será, pois, necessário ter isto presente e acompanhar todas as sinuosidades do seu percurso para percebermos a caminhada da ideia do PAP e o entendermos em si mesmo. Acrescentarei ainda a minha opinião de que a ideia também foi apreendida com dificuldade, e mesmo imperfeitamente, porque estranha à mentalidade, aos hábitos e à índole da maioria do presbitério... e não só.

I. Primeiras referências à necessidade de um Plano Pastoral para o Patriarcado (Abril 66 a Março 69 = 3 anos)

1. Todo o processo do plano pastoral diocesano (PAP), que, finalmente, acabou por tomar forma e ser assumido pelo Patriarca D. António Ribeiro em Setembro de 1976, pode dizer-se que, de facto, iniciou o seu percurso na residência de assistentes diocesanos da Acção Católica, na Rua da Bela Vista à Lapa, pouco depois de o Concílio Vaticano II ter terminado em fins de 1965.

Princípios de Março de 1966 — O desconcertante silêncio de três meses do Bispo diocesano logo após o encerramento de um concílio tão renovador e pastoral como o Vaticano II, e, mais ainda, no estado deficientíssimo em que a pastoral do Patriarcado se encontrava, fez saltar uma faísca numa conversa ocasional entre mim e o P.^e António Serrão. Entendemos que este silêncio e inacção eram inadmissíveis, que tínhamos de tentar fazer qualquer coisa para os quebrarmos, e, conseqüentemente, projectámos levantar a questão na primeira reunião dos padres da casa que se efectuasse. Essa reunião — como outras que de vez em quando fazíamos para tratar de vários assuntos — teve lugar pouco depois, no dia 14¹. Nela, o P.^e Serrão apresentou, como uma «ideia maluca», a sugestão de se realizar na Diocese qualquer coisa à maneira de um sínodo. Todos a acolheram com interesse e concordaram que marcássemos outra reunião só para estudarmos a ideia, nela devendo participar todos os padres da casa pertencentes ao Patriarcado: António Serrão, José Carlos Sousa, José Magalhães, José Serrazina, Lerenó Dias, Luís Mafra e Orlando Leitão. Havia mais alguém, mas o assunto não lhe dizia respeito por não ser do Patriarcado. Pediríamos também a presença dos padres Honorato Rosa, Felicidade Alves, João Alves, Dr. João António de Sousa e

¹ Cf. meu «Diário», 14 de Março de 1996.

Con. Manuel Falcão. A data combinada foi uma semana depois, 21 de Março. O P.^o Honorato, por contratempo e esquecimento, só viria a comparecer na primeira das três reuniões que se efectuaram no espaço de um mês; e o Dr. João de Sousa não chegou a participar em nenhuma (faltou à primeira por falecimento de pessoa de família).

21 Março 66 — 1^a reunião — Fizemos a apresentação da ideia aos que ainda não a conheciam. Todos a consideraram inegavelmente com interesse como plataforma para uma tentativa de actuação. Circunstância favorável o facto de Sua Eminência já ter pedido ao Con. Manuel Falcão (Director do SIR) que lhe fornecesse sugestões para a criação do Conselho Pastoral Diocesano. Fomos todavia de opinião que não se devia começar por aí, mas mais a partir da base, isto é, da problemática de fundo, acrescentando várias reflexões e sugestões concretas. As ideias, no entanto, ficaram ainda muito no ar. Terminámos resolvendo que cada um repensasse o que ouvira e voltássemos a reunir-nos em 4 de Abril para tentarmos chegar melhor a uma conclusão definida e assentarmos no modo de actuar ².

4 Abril 66 — 2^a reunião — Apresentaram propostas o Con. Falcão ³, o P.^o Felicidade ⁴ e eu ⁵. A primeira era um texto de cinco grandes páginas dactilografadas, minucioso, exaustivo e denotando larga visão, que pretendia cobrir toda a problemática pastoral, embora o seu autor o considerasse «apenas ponto de partida para uma reflexão que permita um texto mais completo e elaborado» (cf. 0. 2). Começava por afirmar «A estagnação pastoral verificada no Patriarcado provoca mal-estar e desorientação no clero e leigos mais esclarecidos» (cf. 0.1), e terminava com a proposta de um «programa de renovação pastoral» (cf. 4.2.2) de 1^a fase, ou seja, primeiros passos a dar. A primeira parte deste documento designou-a de *planificação*, mas impropriamente, antes no sentido de *enumeração global* ou *panorama* (cf. 0.3, 1), e em idêntico sentido repetiu o mesmo termo em 4.1, primeiro item; a quarta parte intitulou-a de *programa*, não distinguindo, porém, as noções de *programa* e *plano*: confundiu ambas as coisas. Não empregou o termo plano; no entanto a ideia já se encontrava implícita. A segunda proposta, do P.^o Felicidade, de três páginas, embora designada por plano, era toda ela de um programa de «urgência», como lhe chamou o autor, para a renovação pastoral da Diocese. A terceira (minha) nem sequer pretendia esboçar um programa: limitava-se a evidenciar seis aspectos que julguei poderiam servir para ajudar a precisar um caminho. Por isso não suscitou o interesse das anteriores. Ne-

² Cf. *ibid.*, 21 de Março de 1996.

³ Cf. «Para uma pastoral pós-conciliar no Patriarcado de Lisboa».

⁴ Cf. «Plano de urgência para uma renovação pastoral da Diocese».

⁵ Cf. «Ideias para o trabalho da 2^a reunião sobre o problema pastoral da Diocese (a efectuar em 4/4/66)».

la, porém, surge a primeira proposta formal de um *plano de acção pastoral* que considere os problemas fundamentais à luz das novas perspectivas e se ajuste às condições da Diocese (cf. 5º ponto). Por este plano entendia eu as grandes linhas de encaminhamento da pastoral diocesana (sem confundir efeitos com causas) para um período indeterminado, enquanto não fosse necessário alterá-las, a orientarem acções concretas por meio de programas sucessivos. Concluiu-se a reflexão decidindo que o Con. Falcão propusesse ao Senhor Patriarca constituir uma comissão provisória que o ajudasse a planear a solução do problema pastoral da Diocese ⁶.

Sua Eminência iria aproveitar esta nossa sugestão ⁷. Passadas apenas duas semanas, com data de 18 de Abril, publicou um Decreto ⁸ em termos que me deixaram muito satisfeito e pelo qual criava a «Comissão preparatória da reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa» (cf. n. 1), constituída por três padres do nosso grupo — Con. Falcão (presidente), P.º Felicidade, P.º Serrazina — e mais os padres Álvaro Proença e Manuel Joaquim Pedro Branco, e a incumbia do estudo de cinco pontos precisos, o primeiro de maior amplitude, os outros de carácter mais particular. Em 25 de Abril o nosso grupo efectuou a 3ª reunião prevista. Congratulámo-nos com o êxito obtido e trocámos ainda várias impressões em ordem a ajudarmos a Comissão criada ⁹.

2. O movimento de reestruturação pastoral da Diocese fora, por graça de Deus, desencadeado, e, nos doze meses seguintes, iria desenvolver-se de forma e em ritmo esperançosos. Além do Decreto inicial, Sua Eminência publicou mais quatro Decretos, respectivamente em Maio ¹⁰, Novembro ¹¹, e Janeiro ¹² e Fevereiro de 67 ¹³; promoveu a realização de uma Assembleia do Clero (Iª) ¹⁴, que ocupou toda a última semana de Setembro ¹⁵; publicou em Feve-

⁶ Cf. meu «Diário», 4 de Abril de 1996.

⁷ Cf. *ibid.*, 19 de Abril de 1996.

⁸ Cf. Decreto patriarcal de 18 de Abril 66, em «Novidades» de 19/4/66.

⁹ Cf. meu «Diário», 25 de Abril de 1996.

¹⁰ Cf. Decreto patriarcal de 29 de Maio 66 (Festa de Pentecostes), em «Novidades» de 4/6/66.

¹¹ Cf. Decreto patriarcal de 29 de Novembro 66 (Aniversário natalício do Patriarca), em «Novidades» de 1/12/66.

¹² Cf. Decreto patriarcal de 1 de Janeiro 67 (Oitava do Natal), em «Novidades» de 3/1/67.

¹³ Cf. Decreto patriarcal de 2 de Fevereiro 67 (Festa da Purificação de Nª. Senhora e 37º aniversário da entrada solene de Sua Eminência na Sé Patriarcal), em «Novidades» de 9/2/67.

¹⁴ Cf. Determinação de apoio espiritual diocesano à «Assembleia do Clero», relação dos participantes e programa, em «Novidades» de 20/9/66.

¹⁵ Cf. Comunicado final da Iª Assembleia do Clero do Patriarcado (25 de Setembro a 1 de Outubro 66), em «Novidades» de 2/10/66.

reio 67 uma Instrução Pastoral sobre a celebração do Mistério Pascal ¹⁶ (com particular relevo para os sacramentos do baptismo e da penitência e para a quaresma); e por último, em Abril 67, efectuou-se um encontro do Senhor Patriarca e Bispos Auxiliares com os responsáveis de zona, vigários e secretários vicariais para o lançamento de uma pastoral de conjunto ¹⁷. Sucedeu ainda que, em 6 de Dezembro 66, o Con. Manuel Falcão foi eleito Bispo de Telepte e Auxiliar do Patriarcado, sendo sagrado em 22 de Janeiro de 67 (Festa de S. Vicente, Padroeiro principal da Diocese). O Con. António Rodrigues também fora eleito Bispo Auxiliar em 25/10/66. Foi sagrado em 8/1/67.

Dois dos Decretos (Maio 66 e Janeiro 67) trataram do ordenamento territorial do Patriarcado (*Regiões pastorais* — Lisboa, Santarém e Setúbal ¹⁸ —, *Zonas* — na Região de Lisboa, 4 na capital e 4 no restante território — e *Vigarias*) e o encontro de Abril situou-se na sequência dessas medidas; o Decreto de Maio também convocava a 1ª Assembleia do Clero para Setembro, com a finalidade de se pronunciar sobre diversos pontos, entre os quais cinco novos órgãos a criar; e os outros dois Decretos criaram, o de Novembro o Secretariado de Acção Pastoral (SAP — com o Con. Falcão por seu Director) e a Comissão de Providência e Assistência ao Clero do Patriarcado, e o de Fevereiro 67 a Fraternidade Diocesana do Clero.

Entretanto voltaram a aparecer alusões a um *plano pastoral diocesano*: uma minha (e também dos padres Serrazina e Dr. Aleixo Cordeiro?) na Iª Assembleia do Clero (Setembro 66), e outra («plano de pastoral de conjunto») no encontro de Abril 67, em documento, presumo que do D. Manuel Falcão, distribuído aos responsáveis de zonas e vigarias. A minha, fi-la no remate (II, 2) da exposição sobre a A.C. do Patriarcado que me foi pedida, na qualidade de assistente da Junta Diocesana da mesma: «... Esta planificação do apostolado dos leigos, aliás, não pode abstrair da planificação mais geral de toda a acção pastoral da Igreja diocesana, em que se deverá também estabelecer uma hierarquização de actividades...» ¹⁹

3. Decorrido, porém, este primeiro ano de reestruturação pastoral do Patriarcado (Abril 66 - Abril 67 ±), inesperadamente caiu-se no silêncio e expe-

¹⁶ Cf. Instrução Pastoral do Patriarca, de 8 de Fevereiro 67 (Quarta-feira de cinzas), em «Novidades» de 11/2/67.

¹⁷ Encontro em 18 Abril 67, notícia em «Novidades» de 19/4/67.

¹⁸ Por Provisão de 16 de Julho de 66 (cf. «Novidades de 18/7/66) respectivamente a cargo de D. António Xavier Monteiro, D. António de Campos e Con. João Alves, Vigário Episcopal (entretanto nomeado cónego em 20/6/66)

¹⁹ Cf. «Situação actual da A.C. no Patriarcado de Lisboa», exposição feita em 27/9/66 na Iª Assembleia do Clero do Patriarcado. Cf. Também notícia publicada em «Novidades» de 28/9/66.

ctativas criadas começaram a desvanecer-se. Em 18 de Novembro de 1967 houve ainda uma medida imperiosa e importante que foi a criação do Conselho Presbiteral. O Decreto então publicado²⁰ convocava também a sua 1ª reunião para 19 de Dezembro, tendo por ponto principal da agenda considerar a criação do Conselho Pastoral. O Conselho Presbiteral, no entanto, só voltaria a reunir-se em 69²¹ (2ª reunião em 4-7/ 3, e 3ª reunião em 1-2/ 7), e depois, novamente com grandes intervalos, em 1-3/6/70 (4ª reunião) e 17-19/2/71 (5ª e última reunião do governo do Cardeal Cerejeira). Se ao menos tivesse funcionado ao ritmo actual, teriam sido oito reuniões e não apenas cinco.

Que aconteceu? O quadro não se apresentou claro. Talvez, em 67, o facto de Sua Eminência ter de esperar por que a Conferência Episcopal determinasse as normas comuns para a constituição e funcionamento dos Conselhos Presbiteriais e Pastorais Diocesanos (Assembleia de meados de Maio) tenha sido uma das explicações da sua pausa silenciosa de Abril até à criação do Conselho Presbiteral em Novembro. Mas terá sido a única? Sua Eminência acaso não se terá apercebido dos inconvenientes do silêncio, não alimentando o clima de relação amistosa e de confiança com o presbitério que parecia antes ter começado a estabelecer? O tom seco e impessoal da introdução do último Decreto, bem diferente do efusivo usado nos Decretos precedentes, também causou estranheza, e nem ele nem a atmosfera da reunião de Dezembro ajudaram a dissipar um certo mal-estar. Alguns chegaram a admitir — no que eu não acredito — que o Senhor Patriarca se arrependera do que começara e só o teria feito por se sentir obrigado. E depois? Vicissitudes da vida diocesana, como alguma desorientação de parte do clero, problemas²² e excesso de trabalho²³ a assoberbá-lo e a desviar-lhe a atenção? Outras circunstâncias de que Sua Eminência não quis falar ou disposições pessoais que não manifestou? No princípio da Carta ao Clero de 22 de Janeiro de 69, em que anunciou a 2ª reunião do Conselho Presbiteral, ainda tentou obviar à insatisfação emergente contrapondo-lhe tudo o que se tinha vindo a fazer; mas sem convencer. Os factores presumíveis e outros porventura iriam emperrar o prosseguimento da renovação pastoral da Diocese

²⁰ Cf. Decreto patriarcal de 18 de Novembro 67 (Aniversário da elevação de Sua Eminência à Cátedra Patriarcal), em «Novidades» de 18/11/67.

²¹ Cf. Carta minha e de mais dois membros do Conselho Presbiteral ao Senhor Patriarca, com data de 19 de Outubro 68.

²² Em 1968 tive indicação de que o problema das finanças da Diocese absorvia preocupações do Senhor Patriarca, com prejuízos da acção geral a desenvolver na mesma.

²³ «Muito que fazer» — explicação da demora da 2ª reunião do Conselho Presbiteral dada por Sua Eminência no princípio da mesma (cf. minhas notas dessa reunião).

e praticamente travá-la durante os últimos quatro anos do governo de D. Manuel Cerejeira, até à primavera de 1971.

Não é, todavia, finalidade deste apontamento historiar como se desenvolveu e ficou comprometida a reestruturação pastoral da Diocese, com o SAP, o Conselho Presbiteral, e também o Conselho Pastoral, que, aliás, tendo sido o primeiro objectivo do nosso Patriarca a seguir ao Concílio, afinal só foi criado, e ainda a título experimental, por Decreto de 5 de Maio de 1970. Convinha, no entanto, descrever o que ficou dito para traçar o enquadramento da evolução da ideia do plano pastoral diocesano, que é o que aqui de facto se pretende.

Aflorada por mim tal ideia em 1966 — na reunião de 4 de Abril e na Assembleia do Clero em Setembro — não se me ofereceu oportunidade de insistir nela enquanto não foram criados dois órgãos de que fiz parte desde o início: o Conselho Presbiteral e o «grupo (também se chamou conselho) de responsáveis diocesanos», responsáveis diocesanos dos serviços, obras e movimentos — este de carácter informal, constituído pelo D. Manuel Falcão, a partir de Março de 1968 —, com a finalidade de o ajudar na sua orientação pastoral, inicialmente em ordem à estruturação e funcionamento do SAP²⁴. Foram convocados para a primeira reunião:

- P.^o Armindo Duarte (?)
- P.^o Serrazina (?)
- P.^o Henrique Canas (Secretariado Diocesano da Catequese)
- P.^o Horácio Correia (Secretariado Diocesano do Ensino Religioso Elementar)
- P.^o João Trindade (Secretariado Diocesano do Ensino Religioso Médio)
- P.^o Lerenio Dias (Director Diocesano da O.V.S.)
- P.^o Luís Mafra (Assistente da Junta Diocesana da A. C.)

Posteriormente foram também convocados e integraram o «grupo» ou «conselho»:

- P.^o Aleixo Cordeiro (Director Diocesano dos Cursos de Cristandade) — para a 2.^a reunião
- Con. João Alves (pela Região Pastoral de Setúbal),
- P.^o Manuel Pedro Branco (pela Região Pastoral de Santarém),

No seu âmbito, durante o primeiro ano de trabalhos e até princípios de 69 (entre a 1.^a e a 2.^a reuniões do Conselho Presbiteral), em várias ocasiões tornei a referir-me à necessidade de planificação e programação²⁵. Se bem

²⁴ Cf. Circular convocatória de D. Manuel Falcão (como director do SAP), com a data de 15 de Março 68. Cf. «Síntese da 1.^a fase dos trabalhos do Grupo de Responsáveis Diocesanos de Pastoral» (3/12/68), n. 10.

²⁵ Cf. «Pastoral Diocesana - Reunião e ordenação de ideias básicas» (2.^a quinzena de Março 68), n.n. 4 e 4.4. Cf. Notas para a preparação da reunião (do C.R.) de 6/6/68, n. 2. Cf. «Apontamento de ideias a propósito da situação presente da diocese de Lisboa» (2/1/69), II-3.^a e III-6.^a.

que a ideia fosse mais ou menos assumida pelos membros do «grupo»²⁶, no entanto não se passou de reflexões e projectos. O que até ao verão de 68 o ocupou foi particularmente conceber a constituição e actividade do SAP. Depois as coisas atrapalharam-se e arrastaram-se, e o «grupo» só voltou a reunir cerca de uma semana antes do Natal. Entre as causas (obscuras) poderão ter estado perturbações diocesanas e complicações pastorais (nomeações, crise do Seminário dos Olivais, caso do pároco de Belém, e o subsequente agravamento da contestação de muitos padres a leigos²⁷) e a substituição do D. Manuel Falcão como Director do SAP pelo P.^e Armindo Duarte (comunicada por circular de D. Manuel Falcão de 30/11/68). Entretanto, com uma inflexão das preocupações do SAP e do Grupo de Responsáveis Diocesanos e o retomar das reuniões do Conselho Presbiteral, transferi para estas a continuação das minhas insistências.

II. Oportunidade perdida para avançar com o Plano Pastoral Diocesano (2ª reunião do Conselho Presbiteral = 4-7/3/69)

Mais de um ano depois da 1ª reunião do Conselho Presbiteral (19 Dezembro 67), Sua Eminência publicou, em 22 de Janeiro 69, uma «Carta Pastoral ao Clero do Patriarcado»²⁸, em que, depois de diversas considerações, reconhece a «urgência de problemas pastorais», inúmeros, e refere-se a alguns deles que engloba nos quatro temas seguintes:

- «a reestruturação da pastoral da Fé no Patriarcado» (pastoral da fé);
- «os problemas do clero e das vocações» (clero e sua formação);
- «o laicado católico e a sua inserção responsável na vida da Igreja» (actualização dos leigos);
- «problemas de estruturas e meios de acção» (estruturas e meios).

A carta, por sua vez, introduzia um Decreto²⁹ referente a alterações na constituição do Conselho Patriarcal e à realização da sua reunião em 4-7 de Março seguinte, enumerava os temas que nela seriam tratados (art. 3º), entre os quais «a elaboração de uma lista dos problemas diocesanos mais sentidos pelo clero e fiéis do Patriarcado, e a sua classificação por ordem de importância e urgência».

²⁶ Cf. «Síntese da 1ª fase dos trabalhos de Grupo de Responsáveis Diocesanos de Pastoral = 21/3 - 25/7/68», (3/12/68), n. 4.

²⁷ Cf. minhas notas da 9ª reunião do Grupo (ou Conselho) de Responsáveis Diocesanos (16/12/68).

²⁸ Cf. «Carta Pastoral ao Clero do Patriarcado» e Decreto Patriarcal, 22 de Janeiro 69.

²⁹ Cf. Decreto Patriarcal, 22 de Janeiro 69.

Estas referências e preocupações do Senhor Patriarca — problemas pastorais urgentes, destaque dado a alguns determinados e a elaboração de uma lista por ordem de importância e urgência — permitem-nos admitir que, mais ou menos conscientemente, talvez estivesse a encaminhar-se para a próxima definição de um plano pastoral, ainda que não tivesse propriamente como objectivo fazê-lo sair desta reunião do Conselho. Pelo menos a conjugação dos elementos apontados oferecia ocasião para se dar um impulso à ideia do plano e porventura fazê-lo mesmo avançar para uma certa concretização. A minha conclusão, porém, foi que nada disto aconteceu. Considero que a oportunidade foi prática ou simplesmente perdida por falta de sensibilidade suficiente dos padres e de método nos trabalhos.

Procuremos ver sumariamente como as coisas se passaram.

Em ordem a preparar a elaboração da lista dos problemas pretendida por Sua Eminência, o D. Manuel Falcão lançou, duas semanas depois do Decreto, um rápido inquérito³⁰ com a pergunta única «No seu entender quais são os maiores problemas pastorais (os mais importantes, os mais urgentes, os mais sentidos pelo clero e fiéis) que hoje se põem no Patriarcado?» para ser respondido em doze dias (até 20 de Fevereiro). Enviou-o aos padres do Patriarcado e Superiores das principais casas de religiosos/as (uns 600) e a cerca de 300 leigos — total 900. Obteve respostas de 110 padres, 8 religiosas e 72 leigos — ao todo 190 — e fez uma tentativa de síntese das mesmas em 12 grupos de problemas³¹.

Esta síntese foi apresentada logo no princípio do primeiro dia de trabalhos (5/3) da reunião do Conselho Presbiteral. Deixou-me, porém, insatisfeito³² — e oportunamente eu e o P.^e José Carlos declaramos que deveria ser utilizada com reservas³³ — porque se limitava a ser uma arrumação temática de variadíssimos problemas em que, de facto, não se destacavam os mais importantes³⁴. Entretanto, desde cerca das 11 h, foram sendo e continuaram a ser introduzidas e misturadas questões muito diversas que prejudicaram a aplicação a este tema e o arrastaram com um atraso de tempo muito considerável. A partir de certa altura, quatro intervenções (padres Albino Cleto, Frei David de Azevedo, José Faria Lopes e eu) insistiram em que o Conselho se ocupasse decididamente dos problemas de fundo³⁵, e então por fim, mas ainda depois de algumas observações, acabou por se assentar em que³⁶:

³⁰ Cf. «Inquérito sobre os «problemas maiores do patriarcado» 8/2/69.

³¹ Cf. «Esquema do apuramento do inquérito» (3/3/69).

³² Cf. minhas notas das reuniões do Conselho Presbiteral, 1.^o cad, pg. 12 (9: 25 h).

³³ Cf. *ibid.*, pg. 13 (12 h).

³⁴ Cf. *ibid.*, pg. 15 (17: 55 h).

³⁵ Cf. *ibid.*, pgs. 14 e 15 (16 h).

³⁶ Cf. *ibid.*, pg. 16 (17: 55 h).

a) procurássemos determinar quais os problemas mais urgentes, colocando à cabeça os problemas de fundo;

b) em seguida tentássemos determinar quais as medidas a adoptar.

O trabalho de grupos já só se efectuou no dia seguinte, cerca de 24 horas mais tarde do que o programado. Creio que pode dizer-se que o assunto já estava requeitado. O D.Manuel Falcão pegou posteriormente nas conclusões e ordenou os problemas mais urgentes em 7 pontos como lhe pareceu. Eu, no entanto, continuei insatisfeito, e ainda observei que «as questões fundamentais se diluíam nesta selecção, quando era indispensável que elas aparecessem bem evidentes». No meu modo de ver, em vez de estarem pastoralmente orientados, os pontos revestiam-se de um carácter apenas teórico. Sugeri então — e teve acolhimento razoável — que ao menos o Conselho, com o seu Presidente, publicasse uma declaração de posições a respeito daquelas questões fundamentais, declaração esta que o D. Manuel Falcão se encarregou de redigir mas que acabou por não aparecer no comunicado final.³⁷

Globalmente, esta 2ª reunião do Conselho deixou-me bastante decepcionado. Em carta alguns dias depois ao Senhor Patriarca dizia-lhe: «Em síntese, esta reunião do Conselho apresentou inegáveis aspectos positivos, mas de modo algum respondeu aos problemas mais prementes da diocese como devia e poderia ter feito».³⁸

Esta breve referência à maneira como o assunto dos problemas pastorais da Diocese foi tratado talvez deixe perceber uma tensão entre o genérico e o fundamental, entre o particular e o imediato por um lado e as grandes questões e linhas que nos deveriam orientar por outro. A proposta plano pastoral só apareceu sumida no meio do resto³⁹; no entanto a sua ideia foi-se afirmando e penetrando profundamente no espírito de alguns. Pode dizer-se que, apesar dos esforços, a atmosfera foi de descoordenação. Muitos não eram capazes de melhor, outros não terão feito a necessária diligência para verem e seleccionarem os problemas de fundo, os mais importantes. Arrastados pelas correntes entrecruzadas das tendências particulares e dos acontecimentos, também não era fácil (talvez mesmo possível) conseguir uma apreciação serena, lúcida e profunda da situação. Tudo se baralhava e confundia. Sugestões não eram ouvidas ou entendidas, esquecia-se o que já fora dito, voltava-se atrás, repisava-se e derivava-se. Foi esta a barreira que a ideia do plano teve de enfrentar, mesmo quando afirmada com maior vigor, e que só seria rompida vários anos mais tarde.

³⁷ Cf. *ibid.*, pgs. 19, 20, 26.

³⁸ Cf. Carta minha ao Senhor Patriarca, com data de 15 de Março 69.

³⁹ Cf. Comunicado final da 2ª reunião do Conselho Presbiteral do Patriarcado, n. 5, final do primeiro parágrafo, em «O Século» de 8/3/69.

III. Tentativas formais para se chegar à efectivação do Plano

A. 1ª tentativa (24 Fev. 70 a 1 Abril 71)

1. *Princípios de 1970* — Os quatro anos precedentes, relativamente à pastoral do Patriarcado, tinham sido de incitamento e esforço de uns tantos, esperanças e alguns passos importantes, mas também de embaraços, imprecisões, emperramentos e decepções no que toca a pontos de grande relevância ou mesmo fundamentais, entre os quais se poderá colocar o da elaboração do plano pastoral. 1969 foi particularmente agitado por uma séria contestação de padres e leigos que tais falhas só contribuíram para a acirrar, quando, de outro modo, estou convencido de que poderia ter sido, senão anulada por completo, pelo menos consideravelmente atenuada.

Entretanto o P.^e Armindo Duarte, que desde Dezembro de 1968 substituíra o D. Manuel Falcão no cargo de director do SAP, pediu-me para fazer parte da equipa directiva do Secretariado que pela primeira vez se formou e teve a sua 1ª reunião em 24 Fev. 70. Logo nela apresentei uma comunicação⁴⁰ em que, depois de declarar a minha insatisfação e a decepção de muitos padres e de as ter justificado (cf. n. 1-7), reafirmava a «necessidade básica e urgente de um plano geral de actuação pastoral» e sugeria «como se poderia chegar à sua elaboração e como depois dar-lhe execução» (cf. n. 7-9). Este texto acabou por ser entregue pelo P.^e Armindo ao D. Manuel Falcão, ainda que tivesse sido intenção da Direcção do SAP preparar outro na mesma linha para apresentar ao Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais⁴¹.

Aqui, para se ser completo e evitar confusão, é necessária uma referência aos passos entretanto dados com vista à criação do Conselho Pastoral e recuar à 2ª reunião do Conselho Presbiteral (Março 69), em que «...o Conselho renovou o pedido de constituição do Conselho Pastoral, recomendando que esta se faça nos moldes já preconizados em anterior sessão de trabalho».⁴²

As primeiras diligências foram empreendidas pelo Grupo de Responsáveis Diocesanos logo a seguir, por sua iniciativa, em Março e Abril de 69 (nas suas reuniões 14ª-16ª); e, em Carta ao Clero do Patriarcado de 20/5/69, Sua Eminência afirmava-se disposto a dar andamento ao projecto⁴³. No entanto (como desconcertantemente de vez em quando acontecia nas actividades pastorais), ao nosso nível não se tornou a pegar no assunto até eu lhe

⁴⁰ Cf. «Reflexões críticas sobre a renovação pastoral da diocese» (21/2/70).

⁴¹ Cf. minhas notas da 1ª reunião da Direcção do SAP (24/2/70).

⁴² Cf. Notícia de «O Século» de 8/3/69; ibid. comunicado do Conselho Presbiteral para a imprensa, n. 5.

⁴³ Cf. «Carta ao Clero do Patriarcado», 20/5/69.

tocar, na comunicação de 21 de Fev. 70 pouco atrás referida e que apresentei na 1ª reunião da recém-constituída Direcção do SAP (24 Fev. 70).

Foi esta Direcção do SAP que, nas suas três primeiras reuniões (24/2 a 12/3/70), voltou a preocupar-se com a questão do Conselho Pastoral, na última avançando mesmo com a criação de uma comissão instaladora não oficial (P.º Armindo, P.º Serrazina, eu, uma religiosa e dois leigos) presidida pelo D. Manuel Falcão. E na sua parte final retomei o assunto do plano, então relacionando-o também com o Conselho Pastoral. Escrevi nas minhas notas da reunião ⁴⁴: «Seguidamente eu apresentei uma proposta de comissões de estudo em ordem à elaboração de um plano geral diocesano de actuação pastoral que foi discutido e decidido que eu a fornecesse à comissão instaladora do Conselho Pastoral por ocasião da sua primeira reunião, como hipótese de trabalho» Esta reunião teve lugar em 19/3/70, e nela dei cumprimento ao que me foi indicado ⁴⁵.

Daqui para a frente foi a comissão instaladora que, até uma 5ª reunião (2/5/70), prosseguiu a marcha para a criação do Conselho Pastoral, e foi no seu âmbito que as referências ao plano pastoral continuaram, em virtude de uma certa ligação que havia entre ambos os objectivos.

No princípio de Maio de 70 o Senhor Patriarca criava o Conselho Pastoral Diocesano, «a título de experiência ...» ⁴⁶.

2. Na mesma data do Decreto a criar o Conselho Pastoral Diocesano, em carta ao clero do Patriarcado ⁴⁷ (precedendo a 4ª reunião do Conselho Presbiteral), D. Manuel Cerejeira declara (cf. n. 1): «A proposição de casos urgentes e a ideia que tem vindo a ganhar corpo, ao longo do ano, de chamar o Conselho Presbiteral a participar na elaboração de um programa pastoral diocesano, decidi-me a fixar a data de 1 a 3 do próximo mês de Junho para nova reunião ...».

Seguidamente a enumerar as realizações mais palpáveis deste ano, continua (cf. n. 3): «O muito feito não pode fazer esquecer o muito que urge fazer. Para orientar as realizações futuras importava definir as grandes linhas da política pastoral diocesana. Foi trabalho do Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais, com base nas conclusões e notas do Conselho Presbiteral. Embora sujeitas a permanente ajustamento, essas linhas podem assim formular-se: (segue a apresentação de cinco linhas, em síntese no sentido de me-

⁴⁴ Minhas notas da 3ª reunião da Direcção do SAP (12/3/70).

⁴⁵ «Plano geral diocesano de actuação pastoral e criação do Conselho Pastoral» (19/3/70). Cf. minhas notas da 1ª reunião da comissão instaladora do Conselho Pastoral (19/3/70).

⁴⁶ Cf. Decreto Patriarcal de 5 de Maio 70, a criar o Conselho Pastoral Diocesano.

⁴⁷ Cf. «Carta ao Clero do Patriarcado», 5/5/70.

lhorar as condições para o exercício da sua função de Pastor — com referência a programação —, bem como da actuação pastoral e apostólica de padres, religiosos e leigos, progredir no aspecto de estruturação e meios pastorais, e prestar unidade particular à pastoral da fé, litúrgico-sacramental e da caridade); e pouco mais à frente, ainda (cf. n. 5): «... agenda da próxima reunião do Conselho Presbiteral. Domina nela a planificação e programação do trabalho pastoral para o próximo ano».

Na sequência desta Carta de Sua Eminência, em circular aos membros do Conselho Presbiteral ⁴⁸ o Bispo de Telepte faz a seguinte consideração: «Apesar do compreensível cepticismo que reina relativamente ao Conselho Presbiteral e outras iniciativas diocesanas, creio poder afirmar que as três reuniões anteriores foram realmente impulsionadoras de importantes realizações pastorais; e que a próxima reunião será decisiva para «a passagem gradual a uma condição da vida diocesana polarizada pela consecução de objectivos pastorais programados», como é cara aspiração de quantos mais conscientemente desejam o «aggiornamento» do Patriarcado».

· A 4ª reunião do Conselho Presbiteral teve lugar em 1 a 3 de Junho 70, conforme previsto. Um dos pontos da agenda era «Planificação pastoral diocesana». O D. Manuel Falcão forneceu um documento ⁴⁹ baseado nas 5 grandes linhas de política pastoral diocesana propostas pelo Senhor Patriarca — documento de cinco páginas muito desenvolvido em objectivos concretos que, finalmente, ainda que de forma discutível (e a discutir), concretizava basicamente a ideia já tantas vezes proposta. Muito bem aceite por uns, com reservas ou cepticismo por outros, tanto quanto me recorde devia ter-se-lhe dado mais tempo. A sua apreciação e utilização foram calmas, e ficámos na expectativa do seguimento que o projecto iria ter ⁵⁰. O comunicado publicado na imprensa é, no entanto, mais peremptório e optimista: «Sobre o assunto em relação ao qual havia grande expectativa pronunciaram-se muitos membros do Conselho Presbiteral, que por maioria aceitaram o esquema de acção proposto», «Destacamos das conclusões a que chegou (o Conselho), (...), a passagem à fase de programa das orientações pastorais definidas por S. Em.^a o Cardeal-Patriarca em carta ao clero de 5 de Maio, ...»⁵¹.

Será aqui o lugar e o momento para inserir uma necessária clarificação sobre o *modo de entender o plano*, em que eu e o D. Manuel Falcão acabaríamos por não estar muito de acordo, embora nunca tivéssemos chegado a dis-

⁴⁸ Cf. Circular aos membros do Conselho Presbiteral, em 12/5/70.

⁴⁹ Cf. «Esboço de plano pastoral em ordem a um programa pastoral 1970-71».

⁵⁰ Cf. «Resumo dos trabalhos destinado aos membros do Presbitério»(4/6/70), n. 4.

⁵¹ Cf. Comunicado do Conselho Presbiteral, 4ª reunião, em «O Século»de 4/6/70.

cuti-lo por não se ter oferecido oportunidade. Devo também acrescentar que, de princípio, apenas me limitei a afirmar a necessidade de planificação, e só quando se começou a tentar executá-la é que fui definindo a minha ideia sobre como conceber o plano.

1 - Começemos por considerar:

- a) O que é um plano;
- b) As suas circunstâncias.

Plano é uma ordenação geral de meios e actuações que visa um *objectivo* (ou objectivos) a alcançar. Os planos são de *diversas naturezas* consoante este objectivo: económicos, políticos, sociais, militares, estratégicos, pastorais, etc.

Se um plano visa um objectivo, primeiro é necessário considerar a *situação real* da questão a que se refere; depois definir com precisão o *objectivo*; por último ordenar *os meios e a actuação* com vista a alcançá-lo. Um plano não pode, portanto, ser estabelecido no ar — conforme por vezes sucede. —, ao sabor da fantasia, nem pode ser um plano idealista, que talvez atinja fins interessantes mas que não correspondem ao objectivo pretendido. Se assim for não serve.

A situação a considerar será *mais simples* ou *mais complexa* (ou *intrincada* mesmo). No primeiro caso pode ser bastante que o plano faça uma ordenação inteligente de meios e actuações; no segundo, porém, requer-se uma visão larga, perspicaz e criativa para acertar no objectivo necessário e na forma como se há-de agir.

2 - Postos estes dois considerandos, que fazer então para definir um plano pastoral?

1º - Encontrar a direcção, ou os rumos apropriados, senão únicos (objectivo ou objectivos e actuações fundamentais) que ponham efectivamente no caminho da solução dos problemas que se enfrentam — porventura usando de particular argúcia para acertar se a situação for intrincada.

2º - Encontrando estes rumos com precisão, ter em conta os meios (pessoas e outros) de que se dispõe, para acomodar as linhas de actuação às possibilidades, sem todavia desviar a direcção determinada, sob pena de fracasso.

3º - Assente o plano de actuação, resta estabelecer diversos ou sucessivos *programas* oportunos para o ir executando ordenada e progressivamente e se ir avançando em ordem ao objectivo ou objectivos visados.

4º - O que acabei de declarar está em concordância com o que afirmo na minha nota de 13/10/70 e no texto de 11/12/70 dela nascido que menciono neste trabalho já a seguir; assim como igualmente corresponde ao que digo no PAP (I-4, 1º e 2º), aí, porém, de forma talvez menos expressiva. Não corresponde, no entanto, exactamente, ao que o D. Manuel Falcão expõe no seu documento para a 4ª reunião do Conselho Presbiteral, a que pouco atrás aludi: além da diferença de linguagem, suponho que ele no seu espírito, não te-

ria distinguido entre as situações a que eu chamo mais simples ou mais complexas, e por isso a sua perspectiva não era bem a mesma. Pelo menos há discordância entre mim e ele no que toca a ter em conta os *recursos* (pessoas e meios): enquanto eu entendo que eles não devem condicionar as *grandes linhas* em si, mas apenas o seu *modo* de concretização, o D. Manuel parece dar a perceber o contrário. O combate aos incêndios florestais, por exemplo, pode ir optando pelos processos (de vária ordem) que se julguem mais eficientes e suportar limitações que não seja possível imediatamente remediar. Tem, porém, de manter o seu objectivo, senão nada se salva. Tomar outra direcção — a mais realista — só se se verificar que o objectivo estava mal determinado e o caminho mais válido fatalmente tem de ser outro. Ainda no que respeita à *definição da política pastoral* (cf. princípio do seu documento), o D. Manuel toma (compreensivamente) como assentes as «cinco grandes linhas da política pastoral diocesana» de Sua Eminência, o que vim a considerar absolutamente indiscutível. Depois, partindo deste dado, apresentou listas imensas de objectivos, completamente descabidas, o que também não se harmoniza com o 2º momento da determinação de um plano pastoral que eu preconizo. O que, no entanto, virá a escrever meses mais tarde, num documento para o Conselho Pastoral ⁵², já pode harmonizar-se melhor com o meu ponto de vista.

3. Retomando o desenrolar das actuações, o tempo, de facto, testemunharia que o optimismo do Senhor D. Manuel Falcão por ocasião da última reunião do Conselho Presbiteral lamentavelmente não correspondeu aos resultados. A boa vontade e o trabalho do Conselho nessa reunião não foram decisivos. Algo falhou. Penso que todo este processo pecou por deficiência de entendimento e erro de método. Eu, entretanto, tinha a percepção de que não atávamos nem desatávamos, e por isso apressei-me a escrever uma nota ⁵³ para apresentar logo na primeira reunião da Direcção do SAP de 70-71 (13 Out.). Mal-grado meu, porém, só me foi dada oportunidade de propô-la na 3ª, em 19 de Novembro 70. Na sua simplicidade, considerei-a, todavia, uma intervenção importante. Escrevi nas notas da reunião: «A partir daqui, acrescentei que seria de irmos à raiz do problema geral da diocese e tentarmos descobrir quais as medidas prioritárias que se deverão tomar para o resolver». ⁵⁴ A Direcção do SAP pediu-me então que diligenciasse realizar este trabalho e, se conseguisse chegar a conclusões de interesse, apresentá-las na reunião seguinte. Assim nasceu um texto que a Direcção do SAP, na 4ª reunião de 70-71, em 5 de Dezembro, apreciou e, com o D. Manuel Fal-

⁵² Cf. «Documento de trabalho para a 5ª reunião do Conselho Pastoral de Lisboa» (11/2/71), n. 3.

⁵³ Cf. minha nota de 13/10/70.

⁵⁴ Cf. minhas notas da 3ª reunião da Direcção do SAP de 70-71 (19/11/70).

cão, decidiu que, introduzidos alguns retoques, fosse levado ao Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais para a sua reunião do dia 14 seguinte⁵⁵. Aperfeiçoado e concluído em 11 de Dezembro, ficou com o título de «Sugestões para ordenação imediata da pastoral do Patriarcado» e nele se fez a proposta de mais vigários episcopais por quem se distribuissem convenientemente todos os grandes sectores da pastoral da Diocese⁵⁶. Só um mês depois, porém, foi finalmente entregue aos membros do Conselho. Consta-me que encontrou bom acolhimento dos Bispos Auxiliares e Vigários, mas esbarrou na recusa do Senhor Patriarca «pela dificuldade de dispor de padres e por se sentir próximo do fim do seu governo»⁵⁷. Eu ainda me bati para que a proposta não ficasse paralizada, mas sem êxito. Encalhou como já sucedera com várias outras iniciativas lançadas e acabou por não ter seguimento⁵⁸.

4. Antes de terminar o governo do Senhor D. Manuel Cerejeira, e a propósito do impasse em que o recém-criado Conselho Pastoral Diocesano caíra, em Janeiro de 71, na 6ª reunião desse ano da Direcção do SAP, uma vez mais ainda afirmei a minha preocupação com o plano pastoral da Diocese e a importância que lhe dava⁵⁹. Por seu turno, o Conselho Presbiteral, que estava a chegar ao fim do prazo da sua nomeação, na 5ª e última reunião que efectuou (17-19 de Fevereiro 71) reviu o trabalho realizado nas reuniões precedentes e manifestou alguma insatisfação quanto a aspectos do modo como tinha decorrido e aos resultados. Vários dos seus membros renovaram a opinião de que não se acertara bem com a direcção desejável (especialmente eu e os padres Albino Cleto, Dr. Vasco Moniz, António Onofre, Dr. José Policarpo e Dr. João António de Sousa) e lembraram propostas anteriores⁶⁰.

Nada mais de particular interesse entretanto se adiantou (salvo os documentos A e B do Conselho Pastoral, sobre a situação pastoral da Diocese de Lisboa) nestes poucos meses até o nosso Patriarca ser substituído por pelo Senhor D. António Ribeiro (notícia em 13/5/71). E assim findou um exten-

⁵⁵ Cf. minhas notas da 4ª reunião da Direcção do SAP de 70-71 (5/12/70).

⁵⁶ Cf. «Sugestões para ordenação imediata da pastoral do Patriarcado» (11/12/70) - cf. n. 1, a) e n. 2, e último parágrafo.

⁵⁷ Cf. Minhas notas da 5ª reunião da Direcção do SAP de 70-71 (7/1/71). Cf. meu «Diário», 14 de Janeiro de 1971.

⁵⁸ Cf. Minhas notas da 6ª reunião da Direcção do SAP de 70-71 (21/1/71). Cf. meu «Diário», 29 de Janeiro de 1971. Cf. Minhas notas da 7ª reunião da Direcção do SAP de 70-71 (11/3/71). Cf. Minhas notas da 8ª reunião da Direcção do SAP DE 70-71 (1/4/71).

⁵⁹ Cf. «Reflexão sobre a continuação imediata do funcionamento do Conselho Pastoral» (21/1/71).

⁶⁰ Cf. minhas notas das reuniões do Conselho Presbiteral, 1º caderno, pgs. 43-47.

so período de cinco anos de luta inglória pelo plano pastoral diocesano, bem como por algumas outras medidas pastorais de especial importância.

B. 2ª tentativa (2/12/71 a 11/12/72).

1. No ano de 1971-72, primeiro do governo do novo Patriarca, houve uma série de diligências, no entanto com um encaminhamento atribulado e enervante e, creio que posso dizer globalmente, com muito desperdício de esforços e boas vontades.

Na 1ª quinzena de Janeiro o SAP entregou ao Senhor D. António Ribeiro um «dossier» contendo uma exposição e vários documentos anteriores em anexo, que preparara⁶¹ para um primeiro encontro com ele, em 13/1/72, a fim de determinar a orientação do trabalho a seguir. Nessa exposição⁶² (parte III, n. 14 — 4º) se voltava à ideia do plano diocesano de actuação pastoral.

Das propostas desse documento do SAP na parte III (por mim pensada e redigida) menciono aqui particularmente duas que vêm na continuidade do n. 2 do documento de 11/12/70 deixado sem seguimento: uma (III, n. 14 — 1º b, e 2º), a nomeação de vigários episcopais em maior número, considerada, no n. 2.1 deste documento, como resposta ao «primeiro e maior» de todos os problemas do Patriarcado no presente — «o de governo pastoral da diocese»; esta, porém, deixo-a agora para não dispersar e desviar da questão central deste trabalho, o plano pastoral diocesano; a outra (III, n. 14 — 1º, c)), o Conselho Presbiteral... (c) Ouvir quais as maiores e mais imediatas preocupações dos diocesanos (padres, leigos e religiosos)». O objectivo, não explícito, desta informação seria ressituarmo-nos depois do hiato de um ano e apetrechar o Conselho Presbiteral com dados que servissem para a mais adequada orientação da actividade pastoral.

O Senhor Patriarca, porém, não acolheu esta última proposta, e preferiu que, na 6ª reunião do Conselho Presbiteral, fixada para 8-9 de Março 72, houvesse outra consulta com diferente sentido, que foi apresentada na agenda da reunião como «Procura de assuntos a tratar nas próximas reuniões do Conselho Presbiteral, definindo as prioridades»⁶³.

Nos trabalhos do Conselho a indicação destes assuntos foi abundantíssima, e o Secretariado Permanente ficou encarregado de determinar

⁶¹ Cf. minhas notas da 3ª (2/12/71), 4ª (9/12/71) e 5ª (4/1/72) reuniões da Direcção do SAP/71-72. Cf. «Proposta a fazer ao novo Patriarca» (para apresentar na 4ª reunião da Direcção do SAP/71-72).

⁶² Cf. «O Secretariado de Acção Pastoral do Patriarcado e a pastoral da diocese» (4/1/72).

⁶³ Cf. Agenda da 6ª reunião do Conselho Presbiteral (9/3, 15h). Cf. Documento de trabalho correspondente a este ponto da agenda.

posteriormente os problemas dominantes. Eu, entretanto, tive ocasião de relacionar o que o SAP propusera com o que afinal se fez, e, talvez com alguma impertinência, renovei a afirmação da necessidade do plano de acção pastoral, que até poderia começar a esboçar-se a partir dos problemas apresentados ⁶⁴.

Na sequência desta ideia propus, na reunião de 25/3/72 do Secretariado Permanente, e foi aceite, que, a partir da ordenação feita dos problemas indicados, tentássemos esboçar um plano pastoral diocesano ⁶⁵. Afinal só eu o fiz ⁶⁶. Apresentei-o na reunião seguinte do Secretariado (7/4), admitindo amplos retoques, tanto mais que me limitara a um apontamento de ideias a correr porque só na véspera tinha recebido os necessários elementos preparados pelo Dr. Manuel Lourenço. Foi considerado válido, ainda que precisando talvez de ser aperfeiçoado, e incluiu-se a sua apresentação entre os possíveis pontos da agenda da próxima reunião do Conselho Presbiteral ⁶⁷. O D. Manuel assumiu-o, mas foi desviado da minha intenção e proposto como plano de trabalho do Conselho ⁶⁸. Pelo que toca ao desenvolvimento do ponto 1 deste esboço de plano (cujos resultados desejáveis suscitaram fortes dúvidas no Secretariado) ⁶⁹, o D. Manuel Falcão informou-nos posteriormente de que ele determinara o Senhor Patriarca a apresentar o seu pensamento pastoral num documento que iria elaborar com as linhas gerais da pastoral a realizar nos próximos tempos ⁷⁰. A data anunciada para a sua publicação foi a 29 de Junho, 1º aniversário da sua tomada de posse de Patriarca de Lisboa ⁷¹.

Esta mensagem do Senhor D. António Ribeiro ⁷² (aliás bem feita, e contendo duas alusões positivas a planificação e programação pastoral — Cf. final do n. 1 e princípio do n. 10) decepcionou os mais empenhados na renovação pastoral da diocese porque consideraram que ela não ultrapassou o ponto onde já se tinha chegado. Como declarei na reunião do Conselho Pres-

⁶⁴ Cf. minhas notas das reuniões do Conselho Presbiteral, 1º caderno, pgs. 82-84.

⁶⁵ Cf. minhas notas da reunião do Secretariado Permanente de 25/3/72.

⁶⁶ Cf. «Esboço de plano de actuação pastoral imediata» (7/4/72).

⁶⁷ Cf. minhas notas da reunião do Secretariado Permanente de 7/4/72.

⁶⁸ Cf. Sugestões em ordem à agenda da próxima reunião do Conselho, ponto 3. Cf. Carta de D. Manuel Falcão aos membros do Secretariado Permanente (9/4/72), ponto 3.

⁶⁹ Cf. carta indicada na nota anterior (68), ponto 4.

⁷⁰ Cf. Circular aos membros do Conselho Presbiteral (30/5/72).

⁷¹ Cf. «Mensagem de D. António Ribeiro no 1º aniversário da tomada de posse como Patriarca de Lisboa» (29/6/72), em «Novidades» de 30/6/72 (também publicada em «Boletim Diocesano de Pastoral» n. 47, de Agosto-Setembro 72 - pgs. 17-20).

⁷² Cf. minhas notas da reunião do Secretariado Permanente de 30/6/72.

bilateral que se seguiu (7ª) (discordando de uma afirmação feita já não estou bem certo por quem, mas tenho a ideia de que pelo D. Manuel Falcão), «... não vi nela nenhuma nova perspectiva. Tudo o que ela diz já tinha sido dito. O que precisamos é de acções». E acrescentei que, diante de uma selva cerrada, o que importa não é só dar dela uma ideia, mas determinar os caminhos para atravessá-la (imagem do emaranhado dos problemas diocesanos e do plano pastoral)⁷³. O que pretendíamos era que o Patriarca assumisse e propusesse com autoridade, não apenas ideias ou princípios muito gerais (chamou-lhes «linhas de orientação pastoral»), mas direcções de acção imediata, particulares e decisivas, apuradas com o seu desejável critério pastoral de Bispo, aliás decorrentes daquelas que já havíamos sugerido em diversas ocasiões. Perante um doente, as considerações gerais sobre o seu estado físico não chegam; é necessário um diagnóstico preciso, receitar e fazer o tratamento⁷⁴. De facto, a abordagem desta mensagem na 7ª reunião do Conselho Presbiteral (25-26/7/72) foi desagradável. O Conselho recusou-se a dar sugestões para um «programa» a partir dela, destinado ao ano seguinte. Acabou, no entanto, já depois de ter dado o assunto como arrumado, por aceitar uma proposta (contra-proposta) minha (na sequência de um apelo do P.º Armino Duarte) de pedir ao Secretariado Permanente que posteriormente reflectisse sobre o assunto, inclusivamente em conjunto com o Senhor D. António⁷⁵.

Poderei ainda aqui referir que a importante proposta de nomeação de mais vigários episcopais (medida que o SAP tinha como fundamental), analisada na precedente e nesta reunião do Conselho, foi aceite, não, porém, nas condições por mim e outros consideradas indispensáveis, e por isso ficou condenada ao fracasso, como veio a suceder.

2. Eu entretanto, embora discordante da Mensagem do Senhor Patriarca, num esforço para corresponder ao que ele pedia ao Conselho, no princípio de Julho tinha esquematizado algumas ideias para propor em meu nome nesta sua 7ª reunião, num texto que intitulei «Sugestão de pontos para uma acção pastoral imediata no Patriarcado»⁷⁶. Não houve, porém, como foi referido, condições para o fazer. Serviu, no entanto, para o seguimento da minha proposta que o Conselho aceitara. Assumido pelo Secretariado Perma-

⁷³ Cf. minhas notas das reuniões do Conselho Presbiteral, 1º caderno, pg. 90.

⁷⁴ Cf. Mensagem do Patriarca (vd. nota 71 atrás), princípio do n. 10.

⁷⁵ Cf. minhas notas das reuniões do Conselho Presbiteral, 1º caderno, pgs. 89 (17.30h)-91, incluindo princípio do dia 26, e pg. 92 (12.30h). Cf. «Relato dos trabalhos da 7ª reunião do Conselho Presbiteral destinado aos membros do Presbitério» (1/8/72), n. 5 e 6.

⁷⁶ Cf. «Sugestão de pontos para uma acção pastoral imediata no Patriarcado» (3/7/72).

nente⁷⁷, bem como mais umas notas preparadas em 17 de Outubro⁷⁸ o conjunto veio a ser entregue pelo Senhor D. Manuel Falcão aos membros do Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais⁷⁹ em documento da sua responsabilidade, de 18/11/72⁸⁰.

O remate desta tentativa do Secretariado, no encadeamento de todas as diligências do ano para fazer avançar a ideia de planificação e programação pastoral diocesana, inclusivamente já com o apoio do Senhor Patriarca, foi decepcionante. Se a memória não me falha, foi o próprio D. António que convidou o Secretariado Permanente a comparecer numa reunião dos Vigários Gerais e Episcopais a fim de explicar o interesse da ideia em causa e tentar encaminhar a sua concretização. Foi em 11/12/72. Ia a contar com um encontro sereno de diálogo, mas nada disso aconteceu. Pelo Secretariado apenas compareci eu, que comecei a expor o meu pensamento. Com minha surpresa, porém, contrapuseram-se vivamente o Vigário Geral, D. Júlio Rebimbas, e o P.º Armindo Duarte, entretanto nomeado Vigário Episcopal. O Senhor D. Júlio ainda se podia compreender um pouco porque só muito recentemente viera para o Patriarcado e conheceria mal as suas condições, os problemas e que nós pensávamos. O P.º Armindo, porém, é que me deixou estupefacto porque tomou uma posição oposta a tudo o que antes tinha manifestado e ao que o próprio Senhor Patriarca assumira, inclusivamente na sua Mensagem de 29/6/72. Basicamente um e outro (curiosamente estavam lado a lado) pretenderam que um plano pastoral diocesano sufocaria a espontaneidade da base da Igreja. Eu ainda tentei justificar o meu ponto de vista. O D. Manuel Falcão apenas me apoiou timidamente. Mas a atitude combativa do Senhor Júlio e do P.º Armindo não permitiu um diálogo esclarecedor. Estranhamente mais ninguém proferiu uma palavra. Perante tudo isto o Senhor Patriarca absteve-se de dizer o que pensava e de tomar posição. Limitou-se a concluir, imperturbável, que o assunto parecia ainda não estar suficientemente amadurecido e que os membros do Conselho iriam pensar⁸¹.

Olhando para trás, fiquei com a noção de que não se tinha sabido trabalhar, de que tinha havido muita improvisação e falta de método e coordenação. Pretenderam-se frutos sem dar condições à plantação.

Cansado de tantas frustrações, e tendo também já abandonado um pouco antes as minhas funções diocesanas pelo encargo de uma paróquia, dei-

⁷⁷ Cf. minhas notas da reunião do Secretariado Permanente de 27/10/72.

⁷⁸ Cf. «Alguns reparos e sugestões de carácter pastoral feitos ao longo do trabalho do Conselho Presbiteral» (17/10/72).

⁷⁹ Cf. Cartão de D. Manuel Falcão.

⁸⁰ Cf. Documentação do Secretariado Permanente para o Senhor Patriarca (e Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais) (18/11/72). Cf. minhas notas das reuniões do Secretariado Permanente de 8/11 e 18/11/72.

⁸¹ Cf. minhas notas da reunião do Secretariado Permanente de 11/12/72.

xei-me penetrar pelo desalento e desinteresse e dispus-me a não voltar a levantar a questão. Parecia-me que, da minha parte, já tinha feito bastante. Se as pessoas não eram capazes de entender, paciência. Todos, porém, lhe sofríamos as consequências.

IV. Aceitação da ideia do Plano e elaboração do PAP (17/1/75 a 15/9/76)

1. Posteriormente aos acontecimentos de 1972, as tensões e o clima de mal-estar ainda se mantiveram no Conselho Presbiteral (e no seu Secretariado Permanente) pelo menos até à 8ª reunião ordinária (23-24/5/73), quer pelo modo desencontrado como as coisas se processavam, quer, assim o parecia, pela orientação divergente das preocupações⁸².

Entretanto, decorridos dois anos, chegou uma data decisiva que, finalmente, marca a adopção prática pelo Senhor Patriarca da *velha* ideia do plano diocesano de acção pastoral e o início do processo da sua elaboração: *17 de Janeiro de 1975*, reunião do Secretariado Permanente do Conselho Presbiteral presidida pelo Patriarca, que, além de tratar de outras questões, também nos perguntou qual nos parecia ser o assunto mais indicado para a próxima reunião do Conselho (11ª). Presentes do Secretariado eu e os padres Carlos Paes⁸³ e Dr. Manuel Lourenço; o P.º Luís da França não pôde estar. Recordo-me de ter sido o P.º Carlos Paes o primeiro a responder dizendo: «Eu, Senhor Patriarca, continuo a pensar que a necessidade diocesana mais urgente é o plano pastoral». Ao ouvi-lo, e apesar de todas as minhas decepções, não pude deixar de imediatamente o apoiar, embora sem qualquer vislumbre de esperança. Por isso foi com surpresa e emoção que ouvi Sua Eminência declarar prontamente: «Estou inteiramente de acordo». E ainda nessa mesma reunião o Senhor Patriarca aprovou uma proposta minha

⁸² Cf. minhas notas da reunião do Secretariado Permanente anterior à carta do Patriarca de 18/4/73 a convocar a 8ª reunião do Conselho Presbiteral (a data dessa reunião passou-me completamente). Cf. Carta do P.º Carlos Paes (membro do Secretariado Permanente) de 18/5/73. Cf. minhas notas das reuniões do Conselho Presbiteral, 1º caderno, pgs. 98 (15:30 h.)-102 (16:30 h.). Cf. «Relato dos trabalhos da 8ª reunião do Conselho Presbiteral destinado aos membros do Presbitério» (29/5/73), n. 4.

⁸³ O P.e Carlos Paes não pertenceu ao 1º Conselho Presbiteral (1967-71). Foi eleito para o 2º em 1971 em representação dos padres dos seminários, substituindo o P.º Albino Cleto. Em 15/11/72 (reunião extraordinária do Conselho Presbiteral) foi também eleito para o Secretariado Permanente para preencher a vaga deixada pelo P.e Fernando Cristóvão que, tendo sido integrado no Secretariado na 6ª reunião do Conselho (9/3/72), pedira a sua demissão depois da 7ª (25-26/7/72).

de formar uma comissão que desse imediato andamento ao projecto, e constituiu-a comigo e o P.^o Carlos Paes do Secretariado Permanente, mais os padres José Carlos Sousa, José Policarpo e António Janela. Breves dias depois acrescentou-lhe ainda o P.^o Serrazina ⁸⁴ e, mais adiante, o P.^o Canas por ser o director do Secretariado Diocesano da Catequese ⁸⁵.

2. A 11.^a reunião do Conselho Presbiteral, que inicialmente se previra para antes da Páscoa de 75 (em 30 de Março), acabou por só poder vir a efectuar-se em 16-17 Dezembro 75, já com o novo Conselho (3.^o), visto a vigência do 2.^o ter terminado. Entretanto foi-se desenrolando o processo de elaboração do anteprojecto do plano de acção pastoral, que veio a ficar concluído em 5 de Setembro. Deste período apenas guardei a documentação que mais me interessou ou considerei mais importante. Nele poderemos distinguir duas fases:

1.^a fase — A comissão do plano fez questão de começar o seu trabalho por «ouvir o clero de cada Região Pastoral em reuniões oportunamente convocadas e preparadas ⁸⁶», que só foi possível levar a efeito entre 15 de Abril e 5 de Maio. Prepararam-se estes encontros, que Sua Eminência convocou ⁸⁷ e em que diversos membros da comissão, incluído já também o P.^o Canas, apresentaram perspectivas teológico-pastorais e se pediu aos participantes para se pronunciarem a partir das perguntas formuladas num questionário. Eu expus o tema «Igreja em comunidade» ⁸⁸, que teve como base o que em Novembro de 74, enquanto vigário, propusera aos padres da vigararia de Cascais, no âmbito do seu trabalho ⁸⁹. O P.^o Carlos Paes, secretário da comissão, com o Dr. Orlando Leitão, Secretário Geral do Patriarcado, fizeram a síntese das considerações (muito interessantes) dos padres que participaram nos encontros (não os da Região de Setúbal) ⁹⁰. Foi-nos enviada em 4 de Junho ⁹¹. Entretanto (19/5/75), em relação ao trabalho da comissão, eu sentia a necessida-

⁸⁴ Cf. minhas notas da reunião do Secretariado Permanente de 17/1/75. Cf. meu «Diário», 17 de Janeiro de 1975. Cf. Carta de D. António Ribeiro ao Clero do Patriarcado de Lisboa (7/2/75).

⁸⁵ Cf. nova Carta do Senhor Patriarca indicada na nota 87.

⁸⁶ Cf. mesma Carta de António Ribeiro referida na nota 84. Cf. Carta do P.^o Carlos Paes aos membros da comissão (2/3/75)

⁸⁷ Cf. 2.^a Carta de D. António Ribeiro ao Clero do Patriarcado de Lisboa (2/4/75).

⁸⁸ «Igreja em comunidade» (3/3/75).

⁸⁹ «Ponto de vista sobre a orientação pastoral da Igreja» (19/11/74).

⁹⁰ Cf. «Síntese das reflexões do clero do Patriarcado nas reuniões realizadas de 15 de Abril a 5 de Maio 75».

⁹¹ Cf. Circular do Secretário-geral do Patriarcado (Dr. Orlando Leitão) (4/6/75).

de de ir ordenando e clarificando ideias e preparei e distribuí pelos colegas uma reflexão com o título de «Quatro grandes linhas de orientação pastoral», em que já começam a tomar forma as seis grandes opções pastorais que o PAP viria a estabelecer ⁹².

2ª fase — Tanto quanto consigo recordar-me do trabalho da comissão na fase seguinte, ele não foi fácil, e quem terá salvo as coisas foi o P.º Policarpo. A comissão, composta por elementos com perspectivas e sensibilidades bastantes diversas, tinha considerável dificuldade numa visão de síntese e convergência. Creio que foi este o fundamento do carácter dos meus contributos de 23/6/75 ⁹³. Falava-se demais e não se acertavam ideias. Lembro-me de um dia me ter impacientado e dito que assim não chegávamos a parte nenhuma. Ou nos deixávamos de divagações, procurávamos trabalhar com método e avançávamos, ou eu me retirava porque tinha mais que fazer e já estava cansado de tanta tagarelice e confusão.

Um trabalho complementar — pretendido pelo menos por alguns membros da comissão e que eu admiti, mas não me entusiasmou —, não na linha do plano mas de um 1º programa pastoral, ficou a cargo do P.º Serrazina, que o apresentou em Julho ⁹⁴. Foi discutido, retocado em Agosto e distribuído na sua segunda forma em 1/9/75 ⁹⁵. Por seu turno o P.º Policarpo, aproveitando as várias achegas, foi dando a primeira forma ao anteprojecto do plano ⁹⁶ e, depois de o termos apreciado, creio que ainda em Julho, a segunda e definitiva, pronta em 5/9/75, para apresentar ao Conselho Presbiteral ⁹⁷. Esta última forma apenas introduz pequenos retoques em relação à primeira e ainda não pôde ter em conta os pontos de vista dos leigos e religiosos cuja consulta tardou um pouco mais ⁹⁸.

16-17 Dezembro 75 — 11ª reunião ordinária do Conselho Presbiteral — O conselho fez muitas críticas ao anteprojecto do PAP que lhe foi submetido. Acabou por aprová-lo como *base de trabalho*; mas quis entregar a redacção do projecto a outra comissão, constituída por membros do Conselho e com representatividade dos meios rural (P.º Guilherme Simões) e urbano ou industrial (P.º Fernando Henriques) e dos religiosos (P.º Alberto Rosado File-

⁹² Cf. «Quatro grandes linhas de orientação pastoral» (19/5/75).

⁹³ Cf. «O que pretendemos e andamos a tentar fazer» (23/6/75). Cf. «Diagnóstico da problemática pastoral da nossa diocese» (23/6/75).

⁹⁴ Cf. «Esboço de um primeiro programa de pastoral diocesana» (Julho 75).

⁹⁵ Cf. «Esboço de um programa de pastoral diocesana» (Agosto 75). Cf. «Achegas ao esboço de programa do P.º Serrazina» (6/9/75).

⁹⁶ Cf. «Projecto de plano pastoral para a diocese de Lisboa» (sem data).

⁹⁷ Cf. «Projecto de plano pastoral para a diocese de Lisboa» (5/9/75) (anteprojecto).

⁹⁸ Cf. «Anteprojecto de plano pastoral para a diocese de Lisboa» — «Documento de reflexão» para a 11ª reunião do Conselho Presbiteral, fornecido em 15/11/75.

no); permanecemos, a assegurar a continuidade do trabalho da comissão anterior, o P.º Policarpo e eu. Esta nova comissão recebeu todas as sugestões de alterações ou retoques para ter em conta. Sem pôr em causa o acerto de al-guns, outros pareceram-me descabidos ou supérfluos. No conjunto, fiquei com a ideia de que muitos membros do Conselho não entenderam bem nem o plano que se pretendia nem a sua concretização no anteprojecto que lhes foi proposto

⁹⁹.

3. Seguiram-se as reuniões de trabalho (5) da comissão, de 5 de Janeiro a 11 de Março 76 ¹⁰⁰, de que não guardei quaisquer notas pois não tinha nenhuma preocupação de futuramente fazer história e já me sentia massacrado. Lembro-me nitidamente de alguns traços fastidiosos. Considerámos o resultado das consultas aos leigos e aos religiosos, mas tenho alguma ideia de que não nos trouxeram nada de notável. Em ordem à concretização da nova forma do projecto há dois textos meus ¹⁰¹, apresentados na 4ª reunião (17 Fev.), o primeiro dos quais viria a tomar o lugar das partes I e II do anteprojecto. O P.º Policarpo, que continuou a ser o redactor do plano propriamente, apresentou a sua nova forma (3ª) na 5ª reunião, em 11/3/76 ¹⁰².

17-18 Maio 76 — 12ª reunião ordinária do Conselho Presbiteral — O projecto do PAP teve aprovação unânime na generalidade. Na especialidade continuaram a ser propostos retoques, uns maiores, outros insignificantes. A parte que levou maior volta foi o preâmbulo que eu redigira. Do texto original, na forma final acabaram por só se manter os números A-4 (ordenação da acção pastoral), intacto, e B-2 e 3 (Breve panorama da realidade presente do Patriarcado), estes retoques creio que não meus mas do P.º Policarpo. O resto foi remodelado pelo P.º Policarpo. O Conselho apresentou ainda sugestões em ordem ao conveniente lançamento do PAP na Diocese, e a comissão continuou em funções para ultimar a redacção final do projecto com todas as alterações pedidas ¹⁰³.

A comissão ainda se reuniu mais três vezes, de 29 Junho a 21 de Julho 76 ¹⁰⁴, apenas para apreciar a redacção final do PAP, conforme o P.º Policar-

⁹⁹ Cf. «Acta da 13ª reunião (11ª ordinária) do Conselho Presbiteral», pgs. 5-9. Cf. minhas notas das reuniões do Conselho Presbiteral, 1º caderno, pg. 131.

¹⁰⁰ Cf. reuniões da 2ª comissão.

¹⁰¹ Cf. «I - Preâmbulo» (17/2/76). Cf. «II - Opções básicas de um plano pastoral» (17/2/76).

¹⁰² Cf. «Projecto de plano de acção pastoral para a diocese de Lisboa» (sem data). Cf. Circular do Secretariado Permanente aos membros do Conselho Presbiteral (13/4/76).

¹⁰³ Cf. «Acta da 14ª reunião (12ª ordinária) do Conselho Presbiteral» Cf. minhas notas das reuniões do Conselho Presbiteral, 1º caderno pgs. 136 e 137.

¹⁰⁴ Cf. Carta do Dr. Orlando Leitão aos membros da comissão (25/6/76).

po nela pôde ir avançando. No fim de Julho o projecto estava pronto para ser entregue ao Senhor Patriarca ¹⁰⁵. Nunca pensei que a sua elaboração se arrastasse por tanto tempo!

Sua Eminência e os seus Bispos Auxiliares ainda lhe introduziram (muito legitimamente) «poucas (?) alterações de pormenor» ¹⁰⁶, que eu assinaliei num exemplar já impresso ¹⁰⁷.

O PAP foi finalmente apresentado à Diocese em documento de 15 de Setembro de 1976 subscrito pelo Senhor Patriarca («Para uma acção pastoral planificadora») e publicado, acompanhado desta apresentação, no n. 89 (Set.-Out. 1976) do «Boletim Diocesano de Pastoral».

Em 1 de Dezembro 76. efectuou-se um encontro promovido pelo SAP em que participaram padres, religiosos e leigos mais responsabilizados (85 participantes inscritos), para uma primeira análise teológico-pastoral do PAP e reflexão sobre como estava a ser proposto à Diocese, a ser acolhido, e como se havia de assegurar o seu bom aproveitamento ¹⁰⁸.

O curso da elaboração e a orientação do PAP já antes me tinham escapado em certa medida. Agora a sua utilização parecia que me escapava também...

V. Aplicação e Apreciação Posterior do PAP

Nota aditada em 1984 à descrição que precedeu (já depois da minha primeira exposição sobre o assunto na Faculdade de Teologia da UCP, no mesmo ano):

«Esta, a história do PAP até ser dado à luz. E depois, nos oito anos que já passaram até este verão de 1984? Apenas notarei aqui a minha impressão de que, globalmente, a Diocese não foi capaz de o agarrar como seria preciso. Consta-me que se têm efectuado numerosos encontros para o dar a conhecer e fazer apreciar; tem havido os programas pastorais anuais a ele subordinados; mas fica-me a ideia de que o que se tem realizado tem sido insuficiente; demasiado incompleto e frouxo. Talvez o defeito, em parte, até seja do PAP, como recentemente (5/7/84) tive ocasião de manifestar a Sua Eminência em documento pastoral que lhe forneci, e onde digo a terminar:

¹⁰⁵ Cf. meu «Diário», 21 de Julho de 1976. Cf. «Projecto de plano de acção pastoral para a diocese de Lisboa».

¹⁰⁶ Cf. Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa» — Separata do B.D.P., pg. 2 n. 2.

¹⁰⁷ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁸ Cf. Lista dos participantes inscritos. Cf. «Génese e leitura do Plano de Acção Pastoral para o Patriarcado de Lisboa», P.º Carlos Paes (1/12/76). Cf. Síntese das reflexões sobre o Plano de Acção Pastoral (relacionada com o encontro de 1/12/76).

«O resultado — assim o creio — é que o PAP — embora nunca tenha deixado de o apreciar e lhe reconheça valor e importância — ficou com uma feição algo teórica, de intervenção menos imediata e certa do que eu julgo que teria sido desejável, ou seja, sem apontar as acções primárias a promover entre todas as outras, que abrissem e preparassem o caminho para as subsequentes. Seria possível? Será possível agora remediar esta falha? É um pouco nesta óptica ou linha pastoral que pretende inserir-se a minha presente proposta».

Meia dúzia de anos mais tarde insisti em críticas ao PAP e procurei explicitá-las em duas ocasiões:

1.^a — 1989 — *Uma reunião geral do clero do Patriarcado em 10 de Outubro*, já não consigo recordar-me com que carácter e objectivo — Tenho ideia de que nela se pretendeu defender ou justificar o sistema de programas pastorais diocesanos, que estariam a ser menos apreciados ou contestados por alguns padres. A este propósito houve duas intervenções, do Senhor D. Albino Cleto e, logo a seguir, do Sr. D. José Policarpo, que me incitaram a pronunciar-me sobre o assunto; não o fiz, todavia, logo na altura porque me pareceu que as condições não favoreciam e me senti menos seguro para dizer o que conviria. Optei, pois, por manifestá-lo posteriormente. Redigi então o texto que intitulei «Pastoral diocesana, PAP e programas pastorais» (20/10/89) e, se a memória me não falha, entreguei-o ao Senhor D. José, que não me fez a seu respeito qualquer apreciação ou comentário. Dele apenas transcrevo o princípio do n. 3: «Tudo o que deixei dito para trás define a minha posição em relação ao declarado pelo Senhor D. Albino e pelo Senhor D. José na reunião geral do passado dia 10 deste mês: aproximo-me tanto da posição de apreço do sistema de programas do Senhor D. Albino como da observação crítica aos mesmos e da sugestão relativa ao PAP do Senhor D. José»¹⁰⁹.

2.^a — 1990 — *44ª reunião do Conselho Presbiteral, em 5 e 6 de Junho* — Teve como tema principal «A Igreja de Lisboa a 25 anos do Concílio», e a agenda indicava como sua alínea c): «Tópicos para uma reflexão sobre a actualização do PAP»¹¹⁰. Não pertencendo nessa altura ao Conselho, entreguei ao representante do grupo dos padres dos seminários, de que fazia parte, as minhas observações (em cinco páginas manuscritas), com o título «Revisão do PAP»¹¹¹. Nunca soube, porém, se chegaram a ser apresentadas na reunião, como é que o assunto nela foi tratado e quais as conclusões a que se chegou, pois não recebi nenhum comunicado, o meu representante nada me

¹⁰⁹ Cf. «Pastoral diocesana, PAP e programas pastorais» (20/10/89).

¹¹⁰ Cf. Agenda da 44ª reunião do Conselho Presbiteral (5-6/6/90). Cf. «Tópicos para uma reflexão sobre a actualização do Plano de Acção Pastoral» — documento de reflexão para o Conselho.

¹¹¹ Cf. «Revisão do PAP».

disse e eu também não lho quis perguntar. Aliás meteu-se o tempo das férias e o Conselho entretanto foi renovado.

O plano pastoral diocesano (PAP ou outro) foi para mim um sonho bonito, mas que acabou por não passar de um sonho. É mesmo próprio dos sonhos serem apenas sonhos. Foi um sonho que se desfez e já não tem lugar na minha vida.

30 de Setembro de 1995